



Câmara Municipal
MIRANDA DO CORVO

EDITAL Nº 70

Alteração ao Regulamento de Apoio ao Investidor

MARIA DE FÁTIMA SIMÕES RAMOS DO VALE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO:

TORNA PÚBLICO que, nos termos e para o disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, alínea a), do nº 2 do artigo 53º e alínea a) do nº 7 do artigo 64º e de acordo com o artigo 91º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Miranda do Corvo na sua sessão ordinária de 29 de junho de 2013 e sob proposta da Câmara Municipal de 20 de junho de 2013, aprovou a alteração ao número de postos de trabalho de 5 para 3, passando o artigo 28º do Regulamento de Apoio ao Investidor a ter a seguinte redação: "Artigo 28º - Os apoios previstos nos artigos 25º e 26º do presente Regulamento terão como condição prévia de atribuição, para além das normas de classificação referenciadas no artigo 24º, um mínimo de três postos de trabalho aquando do início da sua laboração."

A presente alteração ao Regulamento entra em vigor 10 dias após a presente publicitação por edital.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e ainda no sítio www.cm-mirandadocorvo.pt.

E eu, Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, o subscrevi.

Município de Miranda do Corvo, 14 de agosto de 2013

A Presidente de Câmara.

(Dr.ª Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira



Registo da Câmara Municipal de Miranda do Corvo
Nº 11/2013
Data de registo: 14/08/2013
Assinado eletronicamente pelo Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo

Câmara Municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt



REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIDOR

Artº 1º

O REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIDOR, é um conjunto de regras a observar nos apoios a prestar pela Câmara Municipal, aos novos e actuais investidores, cujas empresas ou unidades industriais se venham a instalar e a ter a sua sede no nosso Concelho.

Artº 2º

1 - São considerados investidores as pessoas singulares ou colectivas que sejam portadoras da documentação exigida para o efeito e solicitem apoio para a sua empresa ou unidade industrial à Câmara Municipal, segundo o prescrito no presente Regulamento.

2 - São Investidores Concelhios os empresários naturais ou residentes no nosso Concelho e ainda todos os que possuem empresas em laboração há mais de cinco anos neste Concelho.

Artº 3º

As candidaturas com base no presente Regulamento serão apresentadas na Câmara Municipal acompanhadas dos documentos de legalidade da empresa, bem como dum estudo de viabilidade económica do projecto que se pretende levar a efeito.

Artº 4º

1 - O programa de auxílio ao investimento consta de:

Alínea a) - oferta gratuita de terrenos em condições de execução das empresas a instalar ou ampliar e de acordo com o prescrito em 2;

Alínea b) - execução do ramal de água a expensas da Câmara Municipal;

Alínea c) - execução do ramal de esgotos domésticos a expensas da Câmara Municipal;

Alínea d) - pagamento da baixada de energia eléctrica até à potência de 50KVA ou superior de acordo com o volume de investimento a realizar.

2 - Os terrenos a ceder observarão os seguintes pressupostos:

Alínea a) - Empresas a instalar que criem até cinquenta postos de trabalho - até dez mil metros quadrados;

Alínea b) - Empresas a instalar que criem mais de vinte e cinco postos de trabalho - até cinco mil metros quadrados;

Alínea c) - Empresas a instalar que criem mais de sete postos de trabalho - até dois mil metros quadrados;

Alínea d) - Consideram-se abrangidos para efeitos de cálculo os proprietários dos investimentos;

Alínea e) - Nalguns casos e desde que o montante do investimento o justifique, e seja de interesse concelhio, a área a ceder poderá ser diferente da proposta nas alíneas anteriores.

3 - Nos investimentos que necessitem de área superior a dez mil metros quadrados a Câmara Municipal venderá os terrenos a preço acessível, admitindo o pagamento dos mesmos até um ano após o início da laboração.

4 - Casos de investimentos especiais serão sujeitos a aprovação da Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal.

Artº 5º

1 - Serão considerados no âmbito deste programa todos os investimentos nos sectores industrial, comercial, agrícola ou de serviços, que vejam os seus projectos devidamente aprovados pela Câmara Municipal;

2 - Os projectos deverão ter previstos os prazos necessários para a sua concretização podendo ser alargados em casos devidamente justificados.

Artº 6º

1 - A concessão das ajudas previstas neste Regulamento pressupõe a assinatura de um Termo de Responsabilidade que obriga a:

Alínea a) - à construção das instalações no prazo máximo de um ano após a escritura de cedência dos terrenos;

Alínea b) - terem em laboração a totalidade do quadro de pessoal apresentado no projecto no fim de um ano de actividade;

Alínea c) - que o período de laboração mínimo seja de cinco anos com todo o quadro de pessoal apresentado no projecto a trabalhar;

Alínea d) - indicar a data de início de laboração;

Alínea e) - que 60% dos postos de trabalho serão preenchidos por residentes no Concelho há mais de um ano, sempre que a mão de obra necessária exista no Concelho.

Artº 7º

1 - Aos Investidores Concelhios serão ainda concedidos alguns benefícios que possibilitem a sua instalação, observados todos os pressupostos descritos nos artigos anteriores, e com limite em:

Alínea a) - trinta mil escudos por cada posto de trabalho criado;

Alínea b) - isenção da licença para obras;

Alínea c) - nas obras de construção civil (fundações dos edifícios, paredes e pavimentos) subsidiará com as seguintes percentagens, a aplicar às quantidades globais, calculadas pela Câmara Municipal, segundo projecto apresentado:

areia.....	50%
brita.....	50%
água.....	100%
cimento.....	20%
blocos e tijolo	50%
ferro.....	20%

Alínea d) - assumir os encargos com terraplanagem do terreno e abertura de fundações;

Alínea e) - pavimentar as zonas de acesso e estacionamento de viaturas no exterior da empresa.

Artº 8º

1 - Os apoios previstos no artigo anterior terão como condições de atribuição as seguintes:

Alínea a) - indústria não poluente ou com conveniente tratamento dos seus efluentes;

Alínea b) - um mínimo de dez postos de trabalho aquando do início da sua laboração.

Artº 9º

1 - ~~Situações omissas no presente Regulamento serão sempre resolvi-~~
~~das pela Câmara Municipal.~~

2 - O não cumprimento do presente Regulamento pelos investidores, pressupõe que os mesmos indemnizem a Câmara Municipal no valor dos subsídios atribuídos.

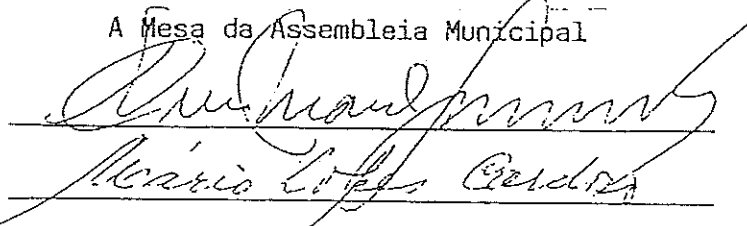
Artº 10º

1 - De todos os contratos firmados com base neste Regulamento será dado conhecimento à Assembleia Municipal do respectivo Protocolo efectuado entre as partes.

2 - Este Regulamento aplica-se apenas à instalação de novas empresas.

Aprovado em Sessão da Assembleia Municipal em 24 de Janeiro de 1992.

A Mesa da Assembleia Municipal


Mário Lopes Cardoso



Câmara Municipal de Miranda do Corvo

A.1.
17.9.93

Cópia de parte da acta da reunião realizada no
dia 19 de Agosto de 1993:

"Propostas e outras deliberações": ... "Aditamento ao Regulamento da Zona Industrial de Miranda do Corvo": para efeitos de inclusão no Regulamento da Zona Industrial, A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o referido aditamento que consta dos seguintes pontos:

1.º - Na zona verde de protecção à Zona Industrial (faixa de 50 mt^{es} envolventes aos lotes) não poderão ser licenciadas construções de qualquer tipo.

2.º - Os lotes n.ºs 8, 9 e 10 serão exclusivamente destinados a indústrias da classe C e D.

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade, para efeitos imediatos no final da reunião.

Repartição Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Miranda do Corvo,
aos 2 de Setembro de 1993

O Chefe de Repartição,

Licinia

Licínia Maria Rodrigues Ferreira Quaresma